

Jornal CREDN

Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Departamento de Comissões - Câmara dos Deputados - Dezembro de 2013

OPINIÃO 2

Toda a sociedade ganha com os investimentos militares, já que as pesquisas no setor também têm aplicação civil

POLÍTICA EXTERNA 3

CREDN aprova acordo com a França para combate aos garimpos ilegais

INTELIGÊNCIA 4

ABIN e GSI negam existência de agente duplo a serviço dos EUA

MERCOSUL 5

CREDN discute o futuro da integração regional

DEFESA NACIONAL 6

PEC torna obrigatório orçamento da Defesa

Aprovada regulamentação da CCAI

O presidente da CREDN e da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), do Congresso Nacional, Nelson Pellegrino (PT-BA), comemorou a aprovação do Projeto de Resolução que regulamenta o funcionamento

do órgão de controle externo da Inteligência. “Esta aprovação permitirá que a CCAI atue com maior regularidade e possa de fato fiscalizar e controlar as atividades de todos os órgãos do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN)”, afirmou o deputado.

Ele lamentou o atraso de 11 anos na regulamentação da CCAI. O texto aprovado em novembro, em sessão do Congresso Nacional é de autoria do deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR).

Com a regulamentação da CCAI, um grupo de doze parlamentares, incluídos os líderes da Maioria e da Minoria mais os presidentes das comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional das duas Casas, poderão acompanhar toda e qualquer atividade de inteligência e contrainteligência, acessar relatórios e visitar as instalações dos órgãos integrantes do SISBIN.



Propriedade intelectual poderá garantir financiamentos na Defesa

Os direitos de propriedade intelectual poderão servir de garantia para o acesso de Empresas Estratégicas de Defesa aos programas de financiamento previstos em lei. É o que pretende projeto de lei da deputada Perpétua Almeida (PCdoB-AC), presidente da Subcomissão Permanente dos Projetos Estratégicos das Forças Armadas, aprovado pela CREDN na quarta-feira, 11.

A deputada explicou que há décadas inúmeras empresas persistem no fortalecimento de uma cadeia produtiva nacional, investindo em tecnologia própria e capacitando a criatividade de técnicos nacionais.

“Entretanto, diante das crises econômicas conjunturais e o arrefecimento do mercado consumidor, o acúmulo de capital financeiro e/ou industrial das empresas de defesa ficaram distantes das

exigências de garantias necessárias ao acesso de financiamentos”, afirmou.



OPINIÃO

Congresso e Forças Armadas: aliança em defesa do Brasil

Toda a sociedade ganha com os investimentos militares, já que as pesquisas no setor também têm aplicação civil. Congresso precisa atuar como formulador de políticas para as Forças Armadas, papel hoje monopolizado pelo Executivo.

Leonardo Gadelha

O ano de 2014, em que as Forças Armadas do Brasil deveriam estar exultantes pelos 70 anos da incursão vitoriosa na Segunda Guerra Mundial, será o ano em que Exército, Marinha e Aeronáutica irão amargar nas suas contas um déficit de R\$ 13,6 bilhões. Isso para “fazer o mínimo necessário”, como afirmaram no Congresso Nacional os representantes máximos das três forças, em audiência neste mês de novembro.

O Brasil é atualmente a sétima maior economia do mundo, possui o quinto maior território e também a quinta maior população. No entanto, ocupa apenas a 11ª colocação no ranking de gastos militares entre países de todos os continentes, e pode passar ao 12º posto em 2014, quando realizaremos a Copa do Mundo de Futebol. A garantia de segurança para a realização de grandes eventos que estão por vir, diga-se, multiplica a necessidade de investir nas Forças Armadas.

E como o Congresso Nacional, palco dessa manifestação justa dos militares, pode atuar como aliado das Três Forças? Defendendo um papel mais proeminente do Congresso, que hoje possui apenas um papel consultivo, resumindo-se a deliberar no que diz respeito ao orçamento, podendo reforçar o caixa das nossas Forças. É um papel secundário. Nós poderíamos seguir o exemplo do Congresso norte-americano e de outras nações, de ter

um papel mais forte, influente e decisivo na formulação das políticas de defesa.

Tem de se mudar a legislação. Hoje, essas competências são todas do Executivo, e existe uma série de modelos internacionais para se mirar, em que o Parlamento ocupa posição determinante. Os ganhos serão revertidos para toda a sociedade brasileira.

Observamos clara-

de proteger as suas riquezas; outra, a de promover a estabilização na região que lidera. O Brasil é naturalmente um líder na América Latina, posição ainda mais evidente na América do Sul, e passa a ser responsável pela estabilidade da região, sobretudo quando nações andinas travam um embate político-ideológico que precipitou uma corrida armamentista em anos recentes.

incrível, já que abrigamos a maior biodiversidade do planeta. Sabemos que hoje o Brasil é alvo das principais multinacionais de nações desenvolvidas, como a indústria farmacêutica, que estão de olho no nosso material genético e biológico.

Portanto, em função dessas riquezas, tanto das já comprovadas quanto as que ainda se supõem, e em função do seu papel de líder regional, o Brasil precisa aumentar em quantidade e em qualidade seus equipamentos de defesas militares. A situação não teria tanta gravidade se nós tivéssemos, ao longo das décadas, investido continuamente. Mas nós não o fizemos. Nossos equipamentos estão obsoletos e escassos, tornando urgente o reaparelhamento das três Forças.

Como bem definiram os comandantes da Marinha, Exército e Aeronáutica, falta ao Brasil enxergar a Defesa como prioridade. Os benefícios dos investimentos militares são conhecidos e imprescindíveis. O Congresso Nacional precisa sair da passividade e assumir responsabilidades no setor, fomentando com urgência leis que o transforme em um poderoso aliado das Forças Armadas.



Leonardo Gadelha quer Congresso e Forças Armadas trabalhando pelo Brasil

mente que as nações desenvolvidas possuem uma indústria de defesa muito forte, pois ela gera ganhos econômicos. Toda a pesquisa feita para a área militar costuma ter aplicação dual. Ou seja, a posterior aplicação civil dessas pesquisas se transforma em patente para as grandes empresas e gera riquezas. Portanto, o investimento na área militar se reverte em ganhos para a população como um todo.

Hora de investir

Nos últimos anos, o Brasil se inseriu no círculo das maiores potências do mundo, condição que demanda grandes responsabilidades. Uma delas é a

Como passou a desempenhar um protagonismo mundial inédito, o País se tornou alvo de espionagem conduzida por agências de inteligência norte-americanas. Nivelou-se, como espionado, a potências do calibre de Alemanha, França, China e Itália. O País tem muitas riquezas a preservar, das quais podemos destacar uma imensa reserva de petróleo, encontrada na camada do pré-sal, bem como outras reservas minerais de igual importância.

Existe uma expectativa, baseada em estudos, de que haja inúmeras riquezas sob o solo da Amazônia, como também há um potencial biológico

Leonardo Gadelha, deputado federal pelo PSC-PB, é mestre em Gestão pela Universidade de Brasília, foi deputado estadual e secretário de Infraestrutura da Paraíba. É vice-líder do PSC na Câmara dos Deputados, membro das Comissões de Constituição e Justiça e de Cidadania e de Relações Exteriores e Defesa Nacional, bem como do Grupo de Trabalho da Reforma Política.

POLÍTICA EXTERNA

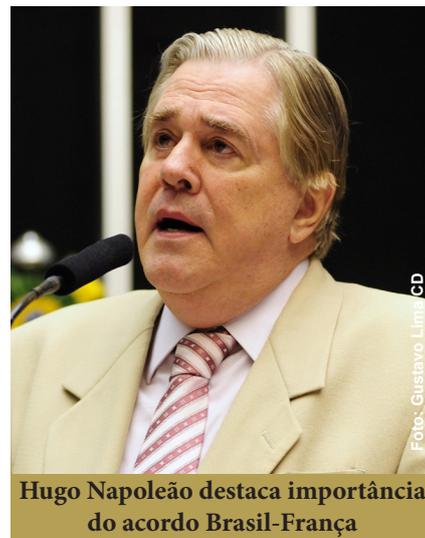
Aprovado acordo com a França para o combate a garimpos ilegais

Na quinta-feira, 12, o Plenário da Câmara dos Deputados aprovou por unanimidade, o texto do acordo firmado com a França para fortalecer o combate aos garimpos ilegais de ouro na região fronteira da Guiana Francesa com o estado do Amapá. Para o presidente da CREDN, Nelson Pellegrino, “a aprovação abre caminho para outros acordos, sobretudo neste momento em que recebemos a visita do presidente da França, François Hollande”.

O acordo prevê o confisco e destruição de bens utilizados na extração clandestina de ouro em uma faixa de 150 quilômetros de cada lado da fronteira. Com o acordo, medidas efe-

tivas de combate a extração ilegal e o comércio de ouro não transformado, especialmente a venda e a revenda serão implementadas”, explicou Pellegrino.

Para o deputado Hugo Napoleão (PSD-PI), relator na CREDN, o acordo não introduz elementos novos na legislação brasileira, mas reforça os que já existem para lidar com os problemas da região. “A ocorrência de conflitos recorrentes entre brasileiros e autoridades policiais francesas na região de fronteira, envolvendo atividades de exploração ilegal de ouro, demonstra a urgência de se estabelecer um mecanismo para a ação coordenada e cooperativa entre autoridades brasileiras e francesas”, afirmou.



CREDN realizará missão parlamentar ao Irã em fevereiro

A CREDN aprovou na quarta-feira, 11, requerimento do deputado Nelson Pellegrino (PT-BA), para o envio de missão parlamentar ao Irã a ser realizada entre 13 e 23 de fevereiro de 2014. “A recente suspensão de sanções econômicas contra o Irã, especialmente com o fim da retenção de recursos do país em bancos estrangeiros, permitirá ao país ampliar o seu comércio internacional e o Brasil pode ganhar muito com essa parceria”, destacou Pellegrino.

“É extremamente oportuna essa aproximação. O Irã vem dando demonstrações claras de interesse em dialogar com o Ocidente e o recente acordo em relação ao seu programa nuclear chega com um atraso de três anos”, explicou Pellegrino.

Em novembro, a CREDN aprovou texto do acordo firmado pelo Brasil com o Irã em 2009, para a isenção de vistos de pessoal diplomático, com parecer favorável do deputado

Devanir Ribeiro (PT-SP).

Para Ribeiro, “o potencial para o adensamento das relações econômicas e comerciais é imenso, dada à óbvia complementariedade das economias de Brasil e Irã e aos interesses conjuntos. Esse potencial apenas começa a ser explorado, com resultados já muito promissores”, explicou o deputado que também pretende organizar uma missão empresarial da Fiesp para Teerã.

O deputado Cláudio Cajado (DEM-BA) que esteve em Teerã recentemente, destacou que “nós precisamos confiar no Irã e isso não será benéfico apenas para o Brasil, mas para o mundo todo. Antes do acordo alcançado com o Ocidente sobre o seu programa nuclear, o Irã já recebia duas mil visitas anuais da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA)”. A missão deverá estender-se a outros países da Ásia Central e Europa Oriental.

Exemplo de Mandela é tema de discussão na CREDN

“O ser humano mais completo que o mundo já viu foi capaz de produzir, mesmo após a sua morte, a aproximação entre os Estados Unidos e Cuba expressada no cumprimento entre os presidentes Barack Obama e Raul Castro”, afirmou o deputado Nelson Pellegrino, presidente da CREDN na quarta-feira, 11, ao colocar em votação voto de pesar pela morte do líder sul-africano.



Barack Obama troca um aperto de mão com Raúl Castro durante a homenagem a Mandela, em Johannesburgo

O exemplo de Nelson Mandela e seu legado como estadista que semeou a conciliação e o entendimento dominou os debates com a aprovação do requerimento apresentado por Leonardo Gadelha (PSC-PB) e subscrito por praticamente todos os membros do colegiado. A CREDN já havia, por meio de nota, expressado o pesar pelo falecimento de Madiba, como ele era conhecido, no dia 5 de dezembro.

Encontro promove cooperação com a África e a Diáspora Africana

O **Encontro África e a Diáspora Africana: Oportunidades para o Desenvolvimento do Continente (EADA)**, realizado em novembro, promoveu a interação entre parlamentares, diplomatas, acadêmicos, empresários e artistas, por meio de debates e da troca de experiências sobre políticas públicas, além de abrir espaços para empreendimentos internacionais capazes de contribuir para o desenvolvimento da África. Participaram do evento representantes de 15 países.

O EADA foi promovido pela CREDN em parceria com a Frente

Parlamentar Mista pela Igualdade Racial e em Defesa dos Quilombolas, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, o Ministério das Relações Exteriores e a Fundação Cultural Palmares, ligada ao Ministério da Cultura.

Representando a CREDN e a Frente Parlamentar da Igualdade Racial e Combate ao Racismo, participaram as deputadas Benedita da Silva (PT-RJ), Janete Rocha Pietá (PT-SP), e os deputados Márcio Marinho (PRB-BA), Amaury Teixeira (PT-BA) e Luiz Alberto (PT-BA).

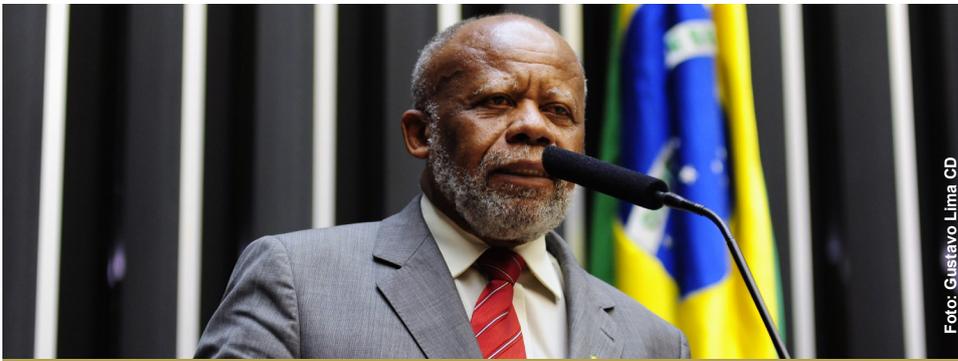


Foto: Gustavo Lima CD

Luiz Alberto comemora resultados do encontro da Diáspora Africana

CREDN envia missão à França para conhecer detalhes do PROSUB

Entre os dias 26 de outubro e 2 de novembro, os deputados Nelson Pellegrino (PT-BA), Perpétua Almeida (PCdoB-AC), Hugo Napoleão (PSD-PI) e Carlos Zarattini (PT-SP), realizaram missão oficial à França para visitas técnicas a empresas integrantes do programa PROSUB de submarinos e à indústria naval daquele país.

A missão, segundo Nelson Pellegrino, “inseriu-se na chamada aliança estratégica Brasil-França no campo da Defesa, consolidada em dezembro de 2008, por meio da assinatura de um acordo bilateral de cooperação tecnológica na área de submarinos, da qual uma parte está sendo implantada na França, com a participação de técnicos e engenheiros brasileiros”.

INTELIGÊNCIA

ABIN e GSI negam existência de agente duplo a serviço dos EUA

O ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general José Elito Siqueira, e o diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), Wilson Roberto Trezza, negaram a existência de um agente duplo a serviço dos Estados Unidos dentro da ABIN e de irregularidades em operações de contrainteligência por parte daquele órgão. Os dois e o chefe do Departamento de Segurança da Informação e Comunicações do GSI, Raphael Mandarinó Júnior, participaram na quarta-feira, 20 de novembro, de audiência pública da CCAI, do Congresso Nacional.

O presidente da CCAI, Nelson Pellegrino (PT-BA), lamentou o vazamento das informações, al-



Foto: Lucio Bernardo Jr.

Nelson Pellegrino preside sessão da CCAI regulamentada após 11 anos

gumas com fatos ocorridos há dez anos, e as tentativas de vincular as denúncias publicadas pelos jornais **Folha de São Paulo** e **O Estado de São Paulo**, com as operações de espionagem realizadas pela NSA dos Estados Unidos contra o Brasil.

De acordo com Pellegrino, “uma coisa não guarda relação com a outra. O Brasil não montou e não realizou operações de espionagem no exterior. As operações de contrainteligência no Brasil foram realizadas de acordo com a legislação e contra alvos que poderiam colocar a nossa segurança nacional em risco”.

MERCOSUL

CREDN discute MERCOSUL e o futuro da integração regional

O momento político e econômico do MERCOSUL e o futuro da integração regional foram temas de debate na quarta-feira, 20 de novembro, em audiência pública realizada pela CREDN. Por requerimento do deputado Nelson Pellegrino (PT-BA), os embaixadores Antônio Simões, Subsecretário-Geral de América do Sul, Central e Caribe do Ministério das Relações Exteriores; Rubens Barbosa, da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp); e Samuel Pinheiro Guimarães, ex-Secretário-Geral do Itamaraty, trocaram impressões e percepções

diferentes acerca desse processo.

Segundo Pellegrino, “foi um debate de alto nível, pois saiu das questões meramente ideológicas e focou nos temas concretos dos interesses do Brasil e da integração regional. O Brasil precisa da inserção internacional a partir de acordos que atendam aos seus interesses de desenvolvimento interno e regional”.

Na avaliação do embaixador Antônio Simões, o Mercosul passa por um “momento de dinamismo” e não de decadência. “O importante é trabalhar pela integração, não para marcar as diferenças. O que nós queremos é

uma América do Sul forte. A ideia de que o Mercosul é um acordo incompleto e com muitas exceções é um mito”.

Já o presidente do Conselho Superior de Comércio Exterior da Fiesp, Rubens Barbosa, lamentou a opção brasileira e revelou que essa política afeta, por exemplo, as relações com os Estados Unidos. “Saímos de um superávit de US\$ 4 bilhões para um déficit de US\$ 11 bilhões. Estamos em meio a um processo de desintegração e insegurança. O Brasil está a reboque dos acontecimentos, e precisa assumir um papel de liderança”, advertiu.



Foto: Antonio Augusto

MDIC nega problemas entre Brasil e sócios do MERCOSUL

As relações entre o Brasil e os demais sócios do MERCOSUL não enfrentam problemas, mas barreiras que são consideradas pelo governo como normais. Foi o que afirmou o Secretário de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Daniel Godinho, em audiência pública realizada na quarta-feira, 13, pela CREDN. A audiência pública foi requerida pela deputada

Jaqueline Roriz (PMN-DF).

Godinho destacou que os países do MERCOSUL respondem por 20% das exportações brasileiras que cresceram 300% na última década. Também afirmou que as relações comerciais com a Argentina crescem num ritmo de 10% ao ano – o país é o terceiro parceiro comercial do Brasil – e a Venezuela é responsável pelo terceiro maior superávit comercial brasileiro.

Aprovado Protocolo sobre Compromisso com a Democracia no MERCOSUL

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional aprovou na quarta-feira, 6, parecer do deputado Nelson Pellegrino (PT-BA) ao texto do Protocolo de Montevidéu sobre Compromisso com a Democracia no MERCOSUL, também conhecido como Ushuaia II, assinado em 19 de dezembro de 2011.

O Protocolo de Montevidéu atualiza o Protocolo de Ushuaia assinado em 1998 e vigente desde 2002, que estabelece medidas a serem tomadas pelos Estados signatários em caso de ruptura da ordem democrática. Ele aperfeiçoa os mecanismos de consulta entre os países e permite sanções mais contundentes nos casos de ruptura ou ameaça de ruptura da democracia.

DEFESA NACIONAL

PEC torna obrigatório orçamento da Defesa

Proposta de Emenda à Constituição (PEC), nº 263, de autoria do deputado Nelson Marquzelli (PTB-SP), torna obrigatória a execução da programação orçamentária dos projetos e atividades do ministério da Defesa.

De acordo com o parlamentar, a Defesa Nacional é prioridade e não pode estar suscetível à descontinuidade e a cortes orçamentários. “As Forças Armadas brasileiras não podem e nem devem ficar ao sabor da caneta do chefe do Poder Executivo e do ministro do Planejamento”, afirmou.

Marquzelli cita que o Brasil gasta apenas 1,6% do seu Produto Interno Bruto (PIB) com a indústria da Defesa. “Um percentual ridículo se comparado com nações em processo de desenvolvimento como Chile e China”.

O deputado explicou ainda que o total desembolsado em média do orçamento para o setor de Defesa não chega a 70% do aprovado pelo Congresso Nacional, situação que tem afetado negativamente as ações programadas pelas forças, razões pelas quais pede alteração no dispositivo constitucional.



Foto: Zeca Ribeiro

Marquzelli apresenta PEC para garantir recursos para as Forças Armadas

Pellegrino destaca importância estratégica da Estação Antártica Brasileira

Em visita à Estação Antártica brasileira, o deputado Nelson Pellegrino, presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, destacou a importância estratégica de o Brasil participar dos projetos de pesquisa naquele continente. Segundo ele, “é fundamental que o Brasil não

apenas permaneça na Antártica como participe, diretamente, das decisões sobre o seu futuro”.

As obras de construção da nova Estação custarão R\$ 100 milhões e a mesma será dotada de modernos instrumentos de pesquisas que facilitarão os projetos desenvolvidos

pelos cientistas. Com mais de 4.500 m², 18 laboratórios e alojamentos para 64 pessoas, a Estação Comandante Ferraz está localizada na ilha Rei Jorge e será inaugurada em 2015.

O deputado explicou que entre dezembro deste ano e janeiro de 2014, será feito o levantamento geotécnico do solo, onde ficará a unidade de pesquisas. A perspectiva é que a pedra fundamental seja lançada em março do ano que vem, dando início à instalação das fundações.

A região antártica compreende 14 milhões de km², aproximadamente 10% da superfície terrestre e guarda 70% a 80% da água doce do mundo além de ser detentora de incalculáveis recursos minerais e energéticos, incluindo petróleo e gás.

O Brasil aderiu ao Tratado Antártico em 1975 e em 1982 criou o Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR).

Pellegrino visitou a Base Brasileira Comandante Ferraz, na Antártica. Presidente da CREDN, ele conheceu o projeto de reconstrução do módulo, que recebe diversas missões científicas de pesquisadores brasileiros, principalmente na área de meio ambiente.



Foto: Marinha do Brasil

EXPEDIENTE

INFORMATIVO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

twitter.com/#!/CREDN

Presidente: Deputado Nelson Pellegrino (PT-BA)

Secretário: Edilson Holanda

Jornalista responsável: Marcelo Rech

Diagramação e Edição: Gianluca Rech

e-mail: dep.nelsonpellegrino@camara.leg.brEndereço: Câmara dos Deputados, Anexo II,
Pavimento Superior, Ala A, sala 131

Telefones: (61) 3216-6739 / 6741 / 6748

Fax: (61) 3216-6745

e-mail: credn@camara.leg.br